

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

Sandra Mara Dantas

LABORATÓRIO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA - UFU

N.º 1200

Data 13/01/98

**Uberlândia - Terra fértil para
novas semeaduras:
A experiência da Democracia Participativa
(1983-1988)**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA CONIS
AMPUS 3 - 14.º ANDAR - Bloco 1 Q (Antigo Mineirão)
AV. UNIVERSITÁRIA S/N.
38400-902 UBERLÂNDIA - M.G. — BRASIL

1135
3 de dezembro de 1996

1200

5.9.10
1525

Sandra Mara Dantas

**Uberlândia - Terra fértil para
novas sementeiras:
A experiência da Democracia Participativa
(1983-1988)**

Monografia apresentada como
exigência parcial para obtenção
do título de Bacharelado em
História, à Universidade Federal
de Uberlândia, sob a orientação
da Profª. Dr. Christina da Silva
Roquette Lópreato.

Uberlândia/1996

Aos meus pais, pelo incentivo e apoio que fora concedido no decorrer deste processo,

A meus irmãos, Luciene e Júnior que, às vezes sem entender completamente, atentou as minhas elocubrações .

A amiga Sanderli que esteve presente em diversos momentos de elaboração desse projeto acadêmico.

Banca



Profª. Drª. Nízia Maria Alvarenga



Profª. Drª. Christina da S. Roquette Lopreato.



Profª. Msª. Gizelda Costa e S. Simonini

Agradecimentos

A Deus, este ser invisível mas real, em quem tenho crido, confiado meu caminhar, sem me decepcionar. “O Senhor é o meu rochedo, e o meu lugar forte, e o meu libertador; o meu Deus, a minha fortaleza em quem confio; o meu escudo, a força da minha salvação, e o meu alto refúgio.” Sl 18.2

A prof^a. Dr^a. Christina Roquette da Silva Lopreato, quem admiro muito pessoal e profissionalmente, pela orientação segura.

A meus pais, Lindoval e Cilene, exemplos de vida. Meus irmãos Luciene e Lindoval Júnior, amigos incomparáveis.

Aos professores e amigos do curso de História da Universidade Federal de Uberlândia que contribuíram para minha formação acadêmica.

A todos os amigos e familiares pelo estímulo.

A Maucia Vieira Reis pela disponibilidade em atender-me e fornecer-me documentação para o encaminhamento da pesquisa no Conjunto Alvorada e demais membros da associação de moradores.

E a todos que direta ou indiretamente colaboraram na realização deste trabalho.

Sumário

- INTRODUÇÃO	7
- CAPÍTULO 1	
I - Uberlândia - Terra fértil para novas sementeiras: A experiência da “Democracia Participativa”	13
- CAPÍTULO 2	
II - Sobre os movimentos sociais e suas expressões	38
II.1 - Breve contextualização dos movimentos sociais	39
II.2 - Implicações do processo de urbanização	43
- CAPÍTULO 3	
III - As associações de moradores de bairro - peculiaridade nos movimentos sociais em Uberlândia	48
- CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
- Bibliografia	72
- Fontes Primárias Consultadas/Jornais	74

INTRODUÇÃO

A população, ao deparar-se com a necessidade de melhorias nas condições de trabalho, lazer, saúde, educação, transporte coletivo, moradia, em suma, melhorias que garantam condições de vida mais dignas, começa a se organizar seja em sindicatos, clubes, ou mesmo informalmente discutindo e suscitando laços primários de solidariedade entre vizinhos. Segundo o comentário de Singer há uma tomada de consciência dos sujeitos das *"contradições entre suas necessidades, como seres humanos e como grupos sociais, e as possibilidades de satisfação que as estruturas sociais vigentes lhes abrem"*.¹

A existência dos movimentos sociais no Brasil e a militância nestes, nem sempre foi fácil. No início do presente século, com o processo de industrialização e a formação de uma classe operária no país, a manifestação do operariado foi veementemente reprimida. A questão social era vista como "caso de polícia". Durante as décadas de 30 a 60, o Estado se relacionou de forma ambígua com as camadas populares. Respondia parcialmente as suas demandas, mas, ao mesmo tempo, controlava suas manifestações. O período que se seguiu representou para os movimentos sociais, um período de trevas. O golpe militar de 1964 levou o país a um regime autoritário que proibiu a livre expressão, cassou os direitos dos indivíduos e eliminou seus desafetos.

¹ SINGER, Paul. "Movimentos sociais em São Paulo: traços comuns e perspectivas." In: São Paulo, o povo em movimento. 3ª ed. Rio de Janeiro: Vozes/Cebras, 1982, p. 213.

Somente a partir do final da década de 70, os ventos da abertura política começam a soprar, renovando ânimos e esperanças amortecidas e visualizando a possibilidade de novas alternativas políticas e sociais. Os movimentos sociais no país ganham, então, nova dimensão e empolgam (e amedrontam) quem os assiste. Neste sentido é exemplar a greve dos metalúrgicos no ABC Paulista deflagrada em 1979. Por outro lado, esses movimentos não têm a fábrica como espaço de luta “por excelência”. São movimentos que têm como ponto modal questões urbanas de sobrevivência cotidiana.

Diversas análises acadêmicas a respeito desse revigoramento dos movimentos sociais foram produzidas. Enquanto algumas apontam as fraquezas e as debilidades dos movimentos, outras enaltecem sobremaneira o reviver das manifestações coletivas. A proposta deste trabalho é contribuir para o debate sobre a dinâmica dos movimentos sociais no Brasil, a partir dos anos 80 resgatando, através do surgimento das associações de moradores de bairro em Uberlândia, as vivências, práticas e relações estabelecidas.

Uberlândia, aspirante a metrópole do Triângulo Mineiro, ao propagar-se como centro dinâmico, propício a investimento e fixação, trouxe em si histórias marcadas por lutas e contradições sociais.

Na história recente da cidade o movimento social de maior expressividade foi o das associações de moradores de bairro na década de 80. Essas associações se constituíram enquanto grande foco de mobilização popular de caráter reivindicativo por melhorias no local de moradia, aqui entendido como o conjunto do bairro. Por ter caráter mais

reivindicativo do que organizativo ocasionou problemas, como a fragmentação nas mobilizações. Desse modo, a participação foi oscilante, correndo o perigo da extinção quando, ao ver da população, suas reivindicações estivessem satisfeitas.

A fim de focar as associações de moradores, caracterizando-as como movimentos sociais, optamos por contextualizar os movimentos sociais no país, e, especialmente, em Minas Gerais por considerar que isto melhora o entendimento do tema, enfocando-o em recorte local. O local, embora possua características próprias, não está desvinculado do nacional pois dele sofre interferências.

Observando a constituição das associações de moradores preferencialmente nos bairros periféricos, percebemos a necessidade de retomar o processo de urbanização da cidade para compreender a formação dos bairros periféricos, sua realidade, e o processo de organização para obtenção de melhoramentos. No universo dos bairros periféricos, escolhemos dois: Luizote de Freitas e Alvorada.

O critério adotado para a escolha foram, para o Luizote, a dimensão do bairro (territorial e populacional) e a anunciada combatividade de sua associação de moradores. Quanto ao Alvorada, o critério baseou-se, exclusivamente, na posição periférica do bairro, estando ele bastante isolado dos demais bairros, quase fora do perímetro urbano. O propósito foi perceber a atuação de um movimento de bairro, à primeira vista, mais carente que os demais, pois a distância do bairro o fazia esquecido pelo Poder Público.

A análise das associações de moradores, inserindo-as no conceito de movimentos sociais populares urbanos, tentou considerar sua formação, desenvolvimento, forma de atuação, funcionamento interno, significação para o conjunto da comunidade e alcance de mudança no viver do militante e da comunidade do bairro.²

O corte cronológico escolhido (1983 - 1988) diz respeito ao período de apogeu das associações e cumprimento de uma gestão administrativa intitulada "Democracia Participativa" vinculada ao PMDB que contando com um conjuntura nacional favorável propôs ser uma administração aberta à participação popular, ancorada nas associações de moradores de bairro.³

O partido pretendia levar a população a participar da vida política e a conscientizar-se para uma necessária descentralização do poder.

Em Uberlândia, a forma que a administração municipal encontrou para levar à organização e mobilização popular foi o incentivo à formação das associações de moradores de bairro. Estas funcionariam como "mini-prefeituras", um elo entre população e administração. Com a administração próxima da realidade da população, o apoio popular é esperado. Projeto vencedor, logrou êxito inicialmente, mas aos poucos a administração constatou o refluxo do apoio popular, confirmado na derrota das eleições municipais de 1988.

² Importa ressaltar que no decorrer pesquisa algumas concepções (e preconceitos) se desvaneceram, sendo possível perceber a riqueza das experiências e transformações ocorridas no cotidiano.

³ Com a abertura política iniciada no final da década de 70, o país esteve mobilizado pelo fim da ditadura militar e encampou a luta por "Diretas Já" para presidente da República. Logo um partido que abraçasse a luta pela (re)democratização da sociedade brasileira contava com o apoio da população. Era o caso do PMDB que em 1982 elegeu governadores, deputados e prefeitos em diversos locais do país, sendo sua maior vitória no âmbito municipal. A região sudeste era de maioria peemedebista.

Uma das hipóteses para esta derrota é a de que os partidos políticos, apesar de todo discurso evocando à participação popular, nunca abriram espaços efetivos para a mesma.

“Capta o voto mas não dispõe de mecanismos efetivos de participação popular nos seus órgãos internos, nem dispõe de capacidade de ligar-se estavelmente aos movimentos sociais.”⁴

Passando o período eleitoral, entram em uma espécie de ostracismo, afastam-se da população, perdem os vínculos estabelecidos. Em suma, sua existência efetiva restringe-se ao período eleitoral.

Para a realização do trabalho a forma metodológica trilhada consistiu em leituras teóricas acerca da temática movimentos sociais, consulta a diversos periódicos (informativos da administração, revistas, jornais), documentos das associações de moradores e relatos orais com militantes do movimento de bairro.

A consulta na associação de moradores do Conjunto Alvorada foi tranquila. Em nenhum instante a associação recusou informação ou mesmo documentação, possibilitando assim, uma elaboração rica e detalhada do bairro e da associação em si.

Quanto a associação de moradores do Conjunto Luizote de Freitas desde o início foi mais difícil. A diretoria negou-se a ceder informações. Somente após insistências abriu-se à consulta. No entanto, a documentação referente ao período aqui tratado inexistia em seus arquivos (atas,

⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. “Partidos políticos.” In: São Paulo, o povo em movimento. 3ª ed. Rio de Janeiro: Vozes/Cebrap, 1982. p.202.

exemplares do informativo mensal). Segundo a atual diretoria não se sabe ao certo se o material documental está em local ignorado ou realmente inexistente. Portanto, a reconstituição do Luizote de Freitas consistiu mais nos relatos orais dos militantes da época.

A realização deste trabalho coincidiu com o período de campanha eleitoral em que, novamente, as forças políticas de 1982, disputavam a Administração Municipal. Logo, é pertinente uma indagação: a documentação do Conjunto Luizote de Freitas não foi propositalmente retirada para não chegar às mãos de opositores? Ora, caso tenha havido a destruição de toda a documentação, isto revela um grande descaso com a preservação da memória do movimento.

Acrescente-se que uma parcela dos principais militantes do movimento à época não apoiavam o projeto de "Democracia Participativa" em campanha, mas seu opositor que desta feita, foi vencedor.

Em síntese, o capítulo I analisa a experiência da gestão Democracia Participativa apontando sua ascensão, desenvolvimento e declínio.

No capítulo II é feita uma análise dos movimentos sociais, contextualizando-os nos níveis nacional e estadual, e tratando das implicações do processo de urbanização de Uberlândia para o nascimento dos movimentos sociais e especificamente dos movimentos de bairro, nomeados associações de moradores de bairro.

As especificidades dos bairros Luizote de Freitas e Alvorada, a formação, atuação de sua associação e alterações sentidas pelo movimento são o objeto do terceiro capítulo.

Capítulo 1

I - Uberlândia - Terra fértil para novas semeaduras

A experiência da “Democracia Participativa”

A história de Uberlândia remonta ao ciclo da mineração no Brasil, no século XVII. Neste período, Anhanguera desbravou a região do Triângulo Mineiro, antigo Sertão da Farinha Podre, facilitando a penetração para o interior. O incentivo à ocupação do território, através das cartas de sesmarias oferecidas pelo Coroa portuguesa, trouxe à região alguns pioneiros, e a formação do Arraial de Nossa Senhora do Carmo de São Sebastião da Barra de São Pedro de Uberabinha. O povoado cresceu e foi elevado a categoria de distrito em 1852, com o nome de São Pedro de Uberabinha, pertencendo a sede de Uberaba. Em 1888 é reconhecido como Município e finalmente como cidade, em 1892.

Situada, geograficamente, em posição favorável, no entroncamento sudeste-centro-oeste do país, Uberlândia deve seu crescimento em parte devido a Companhia Mogiana, a Ponte Afonso Pena sob o rio Paranaíba, e a Rede Mineira de Viação Intermunicipal. *“Esta malha de transporte entre os estados de São Paulo, Goiás e Mato Grosso, via Triângulo, conferiu a Uberlândia o monopólio do movimento agropecuário e comercial entre estas regiões.”*¹

De certa forma, isto em muito contribuiu para que Uberlândia construísse, ao longo do tempo, a imagem de si mesma como uma cidade

¹ RODRIGUES, Jane de Fátima S. “Nas sendas do progresso: trabalho e disciplina - Uberlândia, um percurso histórico”. In: *Cadernos de História Especial*. vol. 4, nº4, UFU, Uberlândia, jan/1993. p.10.

progressista, dinâmica e, ao mesmo tempo, pacata e ordeira, sem conflitos, haja vista que a ordem é pressuposto para o progresso.

Ainda que a classe dirigente da cidade lutasse para projetar esta imagem ao país, vez por outra Uberlândia fugia ao controle burguês e estampava os conflitos em que estava imersa. O quebra-quebra de 1959 é característico. O fato deu-se pelo aumento abusivo das entradas de cinema, lazer da época. A população, inicialmente quebrando os quatro cinemas existentes, passou a roubar e saquear as casas comerciais da cidade. A balbúrdia só teve fim com reforço policial de Belo Horizonte.

Divulgando essa imagem ao país, de uma cidade ordeira e progressista a cidade atrai inúmeros imigrantes e com eles a modernidade, pois estes vem à cidade para trabalhar e/ou trazem consigo capital para investimento. João Marcos Alem analisando o discurso da classe dominante observa que esta insinua que a incidência de prostitutas, drogados, enfim, indivíduos que escapam ao padrão burguês de vida e comportamento se deve ao fato de a cidade ser generosa, pois isto não intervém na instância do poder. Uberlândia é uma cidade acolhedora que favorece a ascensão social e política de seus habitantes. Basta trabalhar, e o sucesso virá.²

Considerando a área de polarização, Uberlândia é uma cidade regional (polariza o Triângulo Mineiro, Sul de Goiás e Alto Paranaíba, totalizando mais de 200 municípios). É a 34ª cidade brasileira em importância e população. Ocupa o 3o. lugar em arrecadação de impostos

² ALEM, João Marcos. "Representações coletivas e histórica política em Uberlândia". In: *História e Perspectivas - Revista do curso de História*. nº4, UFU, Uberlândia, jan-jun/1991.

em Minas Gerais. Na agropecuária cultiva soja, e possui um bom rebanho bovino (pecuária de corte).

Os serviços telefônicos são pioneiros no interior brasileiro, com o maior número de telefones per capita do país. Os referidos serviços estão entregues a Companhia de Telefones do Brasil Central, CTBC, uma empresa privada.³

A área de comunicação é servida por seis emissoras de radiodifusão AM (Difusora, Cultura, Educadora, América, Record, Visão) e seis FM (Transamérica, Universitária, Paranaíba, Difusora, Alegria, Cultura) e quatro emissoras televisivas: TV Triângulo (Globo), TV Paranaíba (Bandeirantes), TV Cancela (SBT) TV Universitária; e dois jornais: **Correio** e **O Triângulo**.

Em 1987, uma reportagem da **Revista Veja** afirmou que a cidade ganha das capitais nos indicadores de uma vida saudável e embora seja pujante no campo econômico, é bastante conservadora na moral e costumes predominando um ar provinciano e marasmo na vida cultural.⁴

Divulgar a imagem de uma cidade moderna a nível nacional constitui preocupação das classes dirigentes, e muitas vezes também é incorporada pelas demais classes sociais. Uma divulgação feita pela **Revista Vida Industrial** em 1992, é exemplar, quando tenta relacionar o crescimento da cidade ao mesmo tempo que assegura a qualidade de vida, reafirmando os valores da ordem e do progresso. Essa imagem paradisíaca é assim construída:

³ REVISTA UBERLÂNDIA 98, Síntese dos 3 anos e meio do governo Zaire Rezende. PMU - assessoria de comunicação social, agosto/1986.

⁴ REVISTA VEJA. "Uberlândia, uma cidade sem crise." 18 de novembro de 1987.

“Atravessando a planura das chapadas e cerrado entrecortado por veredas já se podem avistar, de uma das seis rodovias que desembocam em Uberlândia, arranha-céus brotando ao longe. Assim que o relevo apresenta leves ondulações, os vários rios e córregos se apressam em corredeiras e cachoeiras, como se anunciassem a proximidade de uma cidade que tem ânsia de crescer sem perder seu ‘status’ de modelo na América Latina, apontado em levantamento do Banco Mundial. Plantada no norte do Triângulo Mineiro, Uberlândia faz jus ao significado do seu nome e mostra que ali o progresso lançou semente e frutificou. As avenidas largas e o anel viário que circunda a cidade projetando-a para o futuro, as grandes e modernas indústrias, o forte comércio atacadista, o acelerado crescimento demográfico e os ares de metrópole, convivem com a mansidão e o prostrar de interior nas praças bem arborizadas.”⁵

Até a década de 80, Uberlândia foi dirigida por uma elite conservadora nos planos moral, cultural e político. No entanto, no plano econômico a elite dirigente foi bastante pujante, lutando por uma maior acumulação e reprodução de capital não poupando esforços para auto proclamar-se como progressista e desenvolvimentista que tudo fez para que a cidade projetasse essa imagem de elite progressista local. Obras faraônicas foram então construídas tais como viadutos, pontes, a Associação Comercial e Industrial - ACIUB, Parque de Exposições Agropecuários - CAMARU, estádio de futebol para setenta mil pessoas, e

⁵ Revista VIDA INDUSTRIAL. “Crescer com qualidade e modernidade”. vol. 42, nº 7, Belo Horizonte, julho/1991.

um espaço de lazer com área silvestre e de esporte - Parque do Sabiá , ampliação do Distrito Industrial com subvenções para atraís novas empresas.

Segregacionista, a elite local fez questão de deixar nítida a diferenciação entre as demais classes sociais uberlandenses. Os espaços de circulação estão bem definidos, sendo difícil a passagem de um setor social para outro.

Na realidade, o que o discurso dominante pretende introjetar é a positividade do trabalho como gerador de riquezas. A elite local é composta por elementos que divulgam sua anterior "pobreza", mas que através do trabalho galgaram uma nova posição social; deixaram de ser dominados para tornarem-se dominantes. Antes empregados, agora patrões.

Outrossim, a segregação pode ser percebida pela valorização do solo urbano. Há loteamentos ociosos e poupados à reserva de valor. Essas áreas gozam de total infra-estrutura e serviços em contraposição a implantação dos conjuntos habitacionais na periferia. Nestes conjuntos habitacionais é latente a precariedade dos serviços urbanos, da infra-estrutura , do transporte coletivo e pela longa distância do centro comercial. Isto se deve ao projeto de desfavelamento da cidade que pressiona a população carente a transferir-se para pontos periféricos, deixando o centro da cidade reservado à circulação e com isto imprime à cidade uma imagem de civilidade e de progresso sem problemas.

O poder público municipal coloca-se a serviço do processo de acumulação e o critério de melhoramentos sociais atende, prioritariamente, interesses políticos e econômicos da elite.

O partido político no poder até 1982 foi o PDS, o partido do governo federal. Foi nesse partido que a elite estava ancorada. Foi ela quem o elegeu para representá-la e defender seus projetos nos âmbitos legal e institucional.

Adentrando a década de 80, a insatisfação popular que pressionou o governo federal para uma abertura política reflete em Uberlândia. O regime militar sente declinar e a população clama por um processo de (re)democratização. E para o poder público local, pertencer ao partido do governo federal ou mesmo apoiá-lo era sinônimo de inimizade popular, uma vez que o mesmo estava desgastado e não encontrava respaldo na população. Após dezesseis anos de ditadura militar tornava-se imprescindível a abertura política e uma (re)democratização da sociedade.

Em Uberlândia não foi diferente. Os ecos da (re)democratização foram ouvidos e a elite local entrou em crise. A questão era como conciliar os interesses de reprodução do capital e os interesses sociais de mudança. Numa cidade em que a riqueza está nas mãos da elite, a maioria da população, principalmente a população periférica, carece dos serviços básicos, e está alijada da acumulação do capital.

Como reflexo da crise da elite local o poder público, por esta dominado, também vê-se em crise. A sua impopularidade está em privilegiar os interesses do capital frente aos interesses do trabalho, interesses

econômicos sobre interesses sociais. A população uberlandense começa, então, exigir mudanças na estrutura de poder, uma trégua no corporativismo da elite. Novos atores entram em cena.

Enquanto ocorria o desgaste do poder público, a oposição se fortalecia. A nível nacional, o PMDB, Partido do Movimento Democrático Brasileiro, aglutinava em torno de si as insatisfações sociais e passou a ser o partido de maior expressividade na oposição ao regime militar.

Aproveitando este momento de fortalecimento em 1981, o PMDB uberlandense lançou o projeto de "Democracia Participativa" partindo da premissa de que para haver democracia é necessário haver uma relação democrática entre o poder e a sociedade, pois a última é a condição de existência do primeiro.

No projeto Democracia Participativa *"todas as categorias sociais, todas as camadas da população, todas as entidades de classes - patronais e populares - , são chamadas para, através de um diálogo permanente, participar de alternativas que respondam satisfatoriamente às necessidades mais prementes de um Município, cuja população periférica esteve relegada de benefícios só conhecidos pela área central da cidade."*⁶

Para a elaboração desse projeto, o PMDB utilizou-se de contatos com a população durante os anos de 1981 e 1982 para discutir as prioridades de um programa de governo. Quarenta e dois bairros periféricos foram ouvidos. Dessas discussões formulou-se o documento "Princípios para a Ação do Governo Municipal", cujo teor é:

⁶ REZENDE, Zaire. "A prática da Democracia Participativa em Uberlândia/MG". In: *Democracia feita em Casa*. Coordenações de Publicações, Câmara dos Deputados, Brasília, 1984, p.341.

- 1 - A ação do Governo Municipal deverá estar sempre voltada para o ser humano, objeto e sujeito do desenvolvimento social;*
- 2 - O reconhecimento de que os problemas básicos do Município derivam da uma distribuição de renda , do êxodo rural, do desemprego, ou do subemprego, e da má utilização dos recursos públicos, o que obriga grandes parcelas da nossa população a viver abaixo das condições mínimas de dignidade, segurança e esperança no futuro;*
- 3 - O reconhecimento do direito do povo de ser construtor de seu próprio destino ;*
- 4 - Absoluto respeito e defesa das liberdades democráticas;*
- 5 - O reconhecimento da independência dos poderes Executivos, Legislativo e Judiciário. No caso do Município, profundo respeito pelo Legislativo, reconhecendo sua autonomia e independência face ao Executivo;*
- 6 - O entendimento de que a finalidade exclusiva dos poderes públicos é servir a comunidade, não se admitindo o uso do cargo público em benefício pessoal. O prefeito, vereadores, secretários ou funcionários municipais são empregados do povo, pagos por ele;*
- 7 - O Governo do Município deve estar voltado para todos os cidadãos, sem qualquer tipo de discriminação, respeitando as prioridades de Governo;*
- 8 - A exigência de respeito ao patrimônio publico e as obras já conquistadas por administrações anteriores;*
- 9 - A aplicação dos recursos públicos deverá obedecer a prioridades de caráter social levantadas pela efetiva participação da comunidade;*
- 10 - O reconhecimento de que a organização popular, através de um conselho popular ou organizações comunitárias,*

constitui um poder legítimo, autônomo e independente que dever ser respeitado no relacionamento com o Executivo. ⁷

E por fim:

*“ A proposta de democracia com todos os segmentos da sociedade revelou que as prioridades de governo deveriam atingir preferencialmente a camada da população de baixa renda, os marginalizados do sistema de poder e de produção, os bairros periféricos sem nenhum equipamento social. O direcionamento administrativo deveria ser para a prestação de serviços à população e a realização de obras necessárias se negando as grandes obras desnecessárias construídas sem contribuição direta dos principais e poucos beneficiários.”*⁸

O projeto “Democracia Participativa” não foi um projeto exclusivo do PMDB local. Ele se inseria num projeto de nível nacional, implementado pelo partido. Ele partia da premissa de que era necessário consolidar a participação política nos municípios (nível micro) para transcender ao governo federal (nível macro). *“O projeto de democracia transcende o Município, porque é um projeto nacional de participação popular no poder e nas relações de poder.”*⁹

Concluído o projeto e firmadas suas bases, o PMDB lança seu candidato ao governo municipal: Zaire Rezende. Figura inusitada no meio político tradicional uberlandense, Zaire, à época 52 anos, profissional liberal

⁷ Idem. p.342.

⁸ Idem.

⁹ Idem. p.358.

(médico) já possuía experiência administrativa. Foi vereador na cidade paulista de São Sebastião por dois mandatos consecutivos (1969 - 1976) . Ao retornar para Uberlândia em 1977 não abandonou suas ambições políticas e desejava tornar-se prefeito municipal.

No interior de uma fração da classe dominante da cidade, o nome de Zaire Rezende não encontrava ressonância. Primeiramente por pertencer ao PMDB, representante da oposição. Em segundo, por possuir uma proposta de governo considerada muito avançada , no sentido de deixar a tradicional forma desenvolvimentista e voltar-se para o aspecto social, desenvolver a prática da democracia interagindo-se com a população. Nas palavras de Zaire Rezende: *“...deixar marcas profundas na história da cidade. Não com obras faraônicas mas com uma série de obras necessárias que, juntas, formam o retrato de uma administração humana, voltada prioritariamente para o social.”*¹⁰

A respeito da classe dominante local , considere-se que Uberlândia também é conhecida como a capital dos “novos ricos”, isto é, setores da classe média que ascendem socialmente, equiparando-se à classe burguesa tradicional. A classe dominante da cidade provem de famílias tradicionais, e estão ligadas à constituição da cidade. Dedicar-se a agropecuária e a atividade industrial sendo que os “novos ricos” têm suas atividades voltadas, preferencialmente, para o comércio atacadista e varejista. Seus órgãos de representação são o Sindicato Rural e a Associação Industrial e Comercial.

¹⁰ Revista Uberlândia 98, Síntese dos 3 anos e meio do governo Zaire Rezende. PMU - assessoria de comunicação social, agosto/1996.

Todavia essa classe dominante não é homogênea, possuindo no seu interior divergências que levam a rachaduras, como a ocorrida na década de 80.

A cisão levou uma fração da classe dominante, principalmente o setor mais tradicional, a apoiar a candidatura do PDS, enquanto outra fração apoiou o PMDB e Zaire Rezende. Não com o objetivo de ceder maior espaço à participação popular, mas para acumular forças para aumentar seu poder de influência, e decisão no espaço político, garantir maior acumulação de capital e difusão de sua concepção de mundo calcada no consumismo exacerbado.

Entretanto apesar da ferrenha oposição, o PMDB conseguiu eleger seu candidato com expressiva vantagem sobre o candidato da situação para completo horror de uma fração da classe dominante local que se vê diante de um momento de crise hegemônica.

Empossada a administração Democracia Participativa iniciam-se os ataques da elite que atua como oposição. A imprensa critica a proposta de governo enfatizando que diálogo com a população demonstra fraqueza política., fato que a administração refuta, afirmando que é uma descentralização do poder e divisão de responsabilidade, uma vez que considera o povo estar preparado para discutir e propor soluções para os problemas da cidade. Vândalos destroem o patrimônio público a fim de denegrir a administração e a mesma acusa a oposição de financiar e incitar tais atos.

Representando a elite oposicionista, o ex-prefeito, Virgílio Galassi, critica a administração dizendo que a posposta “Democracia Participativa” não funciona bem, argumentando que a equipe do PMDB não esperava, efetivamente, ganhar as eleições municipais e por isso está despreparada e desarticulada. Conclamar a população a participar na administração seria desnecessário. A própria administração deveria estar apta para solucionar os problemas públicos. Por fim, o ex-prefeito prometeu rearticular sua equipe para pleitear as eleições parlamentares de 85 e as municipais de 88.¹¹

A oposição tornou-se mais nítida quando ao final de 1983 o prefeito fez aprovar o pagamento do IPTU com alíquota diferenciada para as edificações conforme o setor de localização, e uma alíquota progressiva para os terrenos. A justificativa era combater a especulação imobiliária, propiciar maior arrecadação e maior justiça social. Afinal, quanto menor a renda, menor a alíquota a pagar que variava de 1 % a 0,4%.

Para a classe dominante, a medida foi um terror. Detentora de grandes possessões do solo urbano, aguardando valorização, ela não pagava o imposto. Considerando a taxa abusiva, ameaça a administração de impetrar um mandado de segurança, a fim de desmoralizá-la. Convoca o prefeito à ACIUB para justificar-se e ele, pressionado, modifica a proposta. Esta atitude representou uma vitória para a classe dominante, pois protelaria o pagamento do imposto aguardando ser anistiada na próxima gestão administrativa.

¹¹ Jornal Correio de Uberlândia, 13/02/84 - nº 13821

Incentivando a organização popular, Zaire declara: *"Quero um povo organizado e conscientizado; um povo capaz de auto gerir e de fazer conquistas que ate agora lhe foram negadas."*¹²

"A participação popular se dava via entidades representativas , notadamente as associações de moradores de bairro. O prefeito visitou inúmeros bairros dialogando com a população e frisando que suas reivindicações seriam melhor encaminhadas se o bairro tivesse uma associação e esta funcionaria, também, como forma de conscientização."

Na verdade, quando a administração assim se posicionou revelou, de certa forma, sua fragilidade. A administração não contava com o apoio das forças conservadoras da cidade. Logo sua opção foram os setores populares. Com a população organizada em associações, estas tornar-se-iam seu reduto político haja vista a sua fácil penetração nessas associações.

*"Durante muito tempo trabalhou-se duro sem poder opinar sobre o destino de nossa terra. Durante muito tempo muita gente deixou de contribuir com novas idéias, sugestões e com a experiência de cada um. Agora é hora de participar no trabalho para escolhermos juntos o futuro que queremos construir, participe".*¹³

Como este, vários outros slogans conclamaram a população à participação. Segundo a proposta "Democracia Participativa", a proposta

¹² Jomal Correio de Uberlândia, 27/01/84, nº13804.

¹³ Idem. nº13807. 30/01/84.

visava resgatar a cidadania. Em um país como o Brasil, de tradição autoritária, em que participação política é um conceito de usufruto de poucos; a proposta constituiu uma inovação ao reconhecer que a população tem direito de elaborar propostas políticas. Foi o reconhecimento do homem como ser político, através da participação efetiva pela conquista de seus deveres e direitos. Mas, por outro lado, a forma de participação era restrita. A população de bairros que não possuía associação de moradores tinha acesso diminuído à administração. Ou seja, a forma de participação viável foi aquela sugerida pela administração. E isto não constituiu-se, necessariamente, em organização popular espontânea.

A medida que as associações de moradores foram se constituindo, no interior do poder Legislativo foi suscitada uma discussão a respeito do papel do vereador. A oposição afirmava que cabia ao vereador representar a população e não a associação. Diante do impasse, o prefeito enviou à Câmara dos Vereadores a Secretária de Ação Social, Niza Luz, para explicar a questão dos vereadores versus associações de moradores de bairro:

"Apoiar o desenvolvimento da democracia direta junto as organizações comunitária não representa de maneira alguma uma subestimação da importância do papel do vereador ou da própria democracia representativa. Pelo contrário. Ela acrescenta que o conceito de desenvolvimento comunitário visto como exercício permanente e dinâmico possibilita que a explicitação das aspirações populares mais autênticas, vem contribuir sobremaneira para a descoberta de um novo plano de possibilidades para a atuação do vereador, na medida em

que este pode passar agora a colocar sua liderança e sua representatividade a serviço de necessidades e reivindicações não mais apenas individualizadas, mas de toda uma rua, ou de todo um bairro.”¹⁴

Para a administração estava colocado para o Legislativo novas possibilidades de atuação e representatividade.

Debelada a questão, a administração prosseguiu em seu discurso de participação popular, incentivando a criação de associações de moradores de bairro. Mas, por outro lado, tinha clareza da impossibilidade em atender a todas as associações simultaneamente. Era necessário haver uma forma de aglutinar as associações para atuar como mediador com o Poder Municipal. Para tanto foi criado o CMEC, Conselho Municipal de Entidades Comunitárias, que agregava todas as organizações populares.

Inicialmente, o CMEC atuava como órgão deliberativo mas, após problemas enfrentados frente a administração (argumentação de subestimação do papel do vereador e ferimento dos interesses do capital, as decisões que contrariavam empresas privadas), torna-se apenas órgão consultivo e de pressão. A presença de populares, no início, era massiva. No entanto, a presença de autoridades inibia suas manifestações, e, por conseguinte foi se esvaziando restando as lideranças populares.

Aos poucos, a participação popular resumia-se a figura das lideranças das associações que estavam sob a coordenação de uma

¹⁴ PARTICIPAÇÃO, Boletim Informativo da Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura Municipal de Uberlândia. Ano I, nº 0, maio de 1984.

comissão de cinco membros tendo a Administração direito a um voto e a Câmara de vereadores a outro.

O convite a participação em, feito para que sugestões e reivindicações fossem encaminhadas às associações que, por sua vez, elegiam as prioridades e levavam à discussão no CMEC.

No momento da efetiva discussão, alguns obstáculos vieram à tona: as lideranças não conseguiam sistematizar o que seriam reivindicações prioritárias, não havia uma organização entre as associações que possibilitasse um bom relacionamento entre elas e a troca de experiências na busca de soluções coletivas. Pelo contrário, visavam melhorias prioritariamente para seu bairro. Outra dificuldade foi a exposição, por parte da administração municipal, dos custos com a utilização de dados técnicos em um vocabulário de difícil compreensão para os presentes.

A intenção da administração ao proclamar à participação e apresentar seus projetos, era contar com o endosso para suas decisões. Ao anunciar uma decisão que fora apresentada e “discutida” pelo CMEC, a mesma adquiria um caráter de inquestionabilidade perante a população visto que, passara pelo crivo de seus representantes, quando na realidade o CMEC não deliberava.

Outra tática utilizada pela administração que não fere os interesses dominantes é o atendimento parcial das reivindicações populares.

“Esta tática se mostra eficiente porque ao mesmo tempo que proporciona a alguma satisfação das necessidades, alimentando as esperanças de outras vitórias, adia uma

*possível ruptura do apoio das classes populares ao grupo no poder e estimula, em algum grau, a competição entre as associações de moradores, que lutam igualmente por melhoras dos serviços urbanos de consumo coletivo.*¹⁵

Como fora dito anteriormente, as associações não se uniam por soluções coletivas. Aproveitando-se disso a administração favorecia ora uma, ora outra, assegurando, assim, apoio.

Inegavelmente, durante a gestão Democracia Participativa os setores populares conseguiram inúmeros benefícios como melhorias na educação (construção de 200 salas de aula, aumentando o número de vagas na rede escolar municipal/estadual para 15.323 alunos; e salas de aula para educação de jovens e adultos em projeto aliado as associações de moradores).

Na área da saúde ampliou-se para 18 o número de postos de saúde quando antes eram 11 , oferecendo atendimento médico-odontológico. Foram construídas 33 novas creches, totalizando 38 com as 5 já existentes para atendimento a crianças carentes. Essas creches eram gerenciadas pela comunidade via associação de moradores. Para o esporte e lazer foram construídas 25 quadras poliesportivas e 8 praças.

Ampliou-se a rede de água e esgoto em cem por cento atingindo uma grande parcela da população que passou a receber água tratada,

¹⁵ ALVARENGA, Nízia. As associações de moradores em Uberlândia - um estudo das práticas sociais e das alterações nas formas de sociabilidade: *Dissertação de mestrado*, USP, São Paulo, 1988, p.102.

iluminação pública e pavimentação asfáltica (250 km) (boa parte dos bairros periféricos foram pavimentados).

Na tentativa de melhorar o trânsito urbano melhorou-se os pontos críticos, rodovias foram sinalizadas. No meio rural foram construídas estradas vicinais e pontes para melhorar o escoamento da produção.

Houve também incentivo à cultura com reforma de teatros e a criação do projeto CIRCO (Centro Cultural Itinerante) para a classe popular. O projeto Circo "revolucionou" os bairros por onde passou. Recebeu este nome por sua estrutura física ser semelhante a um circo. Oferecendo cursos de iniciação profissional (datilografia, artesanato, trabalhos manuais), aulas de expressão corporal (dança, teatro, ginástica), pequena biblioteca para consulta; organização de eventos festivos e palestras, o projeto atraiu uma boa parcela da comunidade e representou uma nova opção de lazer e novas oportunidades de expressão e aprendizagem. O projeto foi instalado nos bairros através de sorteio entre as diversas associações de moradores que o solicitavam.

De iniciativa da Secretaria Municipal de Cultura, o projeto possuía o objetivo de resgatar, desenvolver e motivar os valores culturais e artísticos do bairro. Geralmente permanecia em cada bairro, durante três meses. No primeiro mês, a Secretaria de Cultura organizava e executava os eventos; no segundo mês esta tarefa cabia a uma comissão de apoio composta de elementos da associação de moradores e da Secretaria de Cultura. Já no terceiro e último mês a associação de moradores tornava-se totalmente responsável pelo projeto. Ao término, com a transferência do Circo para

outro bairro, era realizada uma avaliação para detectar os avanços obtidos e aspectos a serem melhorados.

E como insistia em afirmar a administração: *“o ponto central é o homem e a melhoria de suas condições de vida , o compromisso da administração é com a pessoa humana em qualquer âmbito, seja urbano, seja rural”*,¹⁶ o meio rural e os distritos receberam os mesmos benefícios da área urbana.

Os distritos de: Miraporanga, Martinésia, Tapuirama, Cruzeiro dos Peixotos foram administrados pelo vice-prefeito, Durval Garcia. A administração dos distritos seguia a regra geral do município: obras como construção de quadras de esporte, salas de aula, pavimentação asfáltica ligando a sede ao distrito, transporte e incentivo a criação do Conselho Comunitário nos moldes das associações de moradores de bairro, para reunir a população local e lutar por melhorias para os distritos. Estes que passam a serem considerados bairros, bairros distantes que merecem toda a atenção do poder público, e um espaço mais amplo para inserir-se no debate e participar da administração.

Sem sombra de dúvida foi um momento em que os setores populares mais receberam atenção, o pensamento individualista cedeu espaço à coletividade.

Todavia considere-se considerar que a estrutura real de poder não foi abalada.

¹⁶ Jornal Correio de Uberlândia, 20/01/84 nº13797.

“A nova fração das classes dominantes, (...) no comando da administração Municipal está procedendo a articulações políticas amplas: por um lado buscam consolidar o apoio das classes populares através de medidas de corte populista da Administração; por outro vai fazendo alianças com os setores mais modernos das classes dominantes, aqueles já organizados em grupos econômicos como suas atividades empresariais amplamente diversificadas.”¹⁷

Isto é nítido com a ampliação do parque industrial através de incentivos para a implantação de novas empresas sob a explicação de que gerará novos empregos e aumentará a receita do município; (139 empresas ao final do mandato). E também com a composição do secretariado.

“ As pastas mais diretamente ligadas aos interesses patronais estão nas mãos de figuras de origem local, que a nível municipal não tem interesses contraditórios com estas classes e não se destacam por posições político-ideológicas de crítica radical ao sistema. As pastas diretamente envolvidas com as classes populares estão encabeçadas por professores universitários, profissionais de nível universitário que em alguns casos não são da cidade, não apresentando laços familiares ou compromissos que os prenda aos interesses dominantes.”¹⁸

¹⁷ ALVARENGA, Nízia. *“As associações de moradores em Uberlândia - um estudo das práticas sociais e das alterações nas formas de sociabilidade.”* Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo, 1988, p.97.

¹⁸ Idem. p.97.

Assim há um equilíbrio na articulação de forças garantindo a imagem de um governo democrático e popular. O apoio à classe dominante deve-se ao fato de ser ela o motor do desenvolvimento municipal enquanto detentora do capital. Desta forma é vista como empreendedora, dinâmica, modernizadora. De posse do capital, investe nas atividades econômicas (comércio, agropecuária e tímida indústria) gerando empregos, produção e ao mesmo tempo constituía-se em consumidora do mercado que criara, visto que a classe trabalhadora local não possui meios de tornar-se consumidora daquilo que produz. Transmite-se a imagem de que Uberlândia deve à sua burguesia a expressividade que goza dentro e fora do estado: Uberlândia, metrópole do Triângulo Mineiro.

No âmbito popular, o poder público tentou aglutinar a população nas associações de moradores, homogeneizando todos os setores populares. O acesso à administração se dava somente através da associação . Reivindicações isoladas não eram atendidas. Este procedimento camufla alguns aspectos. O bairro não é homogêneo, mesmo os bairros periféricos. Em seu interior há conflitos entre os moradores porque em um mesmo bairro residem pessoas de diversas classes sociais. E também o atendimento de serviços urbanos é desigual, um setor do bairro possui melhor estrutura como pavimentação asfáltica, iluminação pública, ao passo que outro setor é totalmente desprovido desses benefícios.

Para a administração municipal, o que interessava contabilizar era o número de participantes nas reuniões das associações de moradores, nas quais sempre estava presente um representante da prefeitura, e isto

simbolizava a participação popular, desconsiderando, assim, a heterogeneidade de interesses.

No âmbito da administração local, a sustentação estava nos setores populares. A administração contava com o apoio do governo estadual e federal e boa representatividade parlamentar viabilizando verbas para a cidade. Até 1986, Uberlândia possuía dois deputados federais e dois estaduais. A partir de 86, um senador, quatro deputados federais e dois estaduais.¹⁹

Apesar de difundir a preferência pelas classes populares, a administração não podia desprezar a classe dominante que, por sua vez, não era harmônica. Havia frações dissidentes em função da derrota eleitoral no ano de 1982 em favor de outra fração representada no PMDB. A administração precisa conviver com ambos os setores: burguesia e a classe popular, ora atendendo uma, ora outra.

Aos poucos, este modelo começa a se desgastar. A administração Zaire possuía o governo em sentido estrito, mas não dominava os “aparelhos privados de hegemonia” que colocavam os interesses burgueses como interesses gerais, angariando aliados (Rotary Club, ACIUB, imprensa etc...). Assim, a burguesia era mais eficaz quanto mais hegemônica fosse pois não utilizava a força para impor-se e obtinha o consenso.²⁰ A fração da classe dominante hegemônica que entrara em crise nas eleições de 1982,

¹⁹ PEREIRA, Cires Canísio. *“Democracia Participativa”, sua lógica, sua prática - monografia*, UFU, Uberlândia, 1988.

²⁰ COUTINHO, Carlos Nelson. “Teoria Ampliada do Estado”. In: *Gramsci - um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro, Campus, 1989.

revigorava-se e tentava retomar sua posição. O conflito entre as frações de classe pelo domínio do poder político local tornou-se portanto, inevitável.

Nesta arena, os setores populares foram deixados à margem e a administração não conseguiu firmar-se neles porque eles não se viam como participantes reais do poder público. A concientização do direito popular à participação política é um processo, não de alcance imediato, mas demanda tempo.

Diante do desgaste o prefeito chamou a atenção do partido pois o mesmo necessitava retomar o vigor dos anos de 1981 e 1982, quando o tinha contato direto com a população para discutir o programa de governo. Após a vitória nas urnas o partido fechou-se em torno da diretoria executiva

“Não se reuniu mais para fazer uma auto-avaliação PMDB enquanto Governo e se o seu discurso deveria continuar o mesmo, se o seu programa estava realmente dentro daquilo que o povo ainda continua querendo, e se ainda continua sendo a tribuna livre que se prega como tal. Um partido para poder se auto-afirmar como organismo de mobilização popular precisa estar sempre afinado com a luta da população.”²¹

E não somente isto. O partido enfrentava oposição interna. Havia disputa entre membros que concorriam à candidatura para prefeito. A própria bancada do partido na Câmara não se reconhecia como governo e tecia severas críticas à administração. O funcionalismo, insatisfeito, manifestava-se mediante greves.

²¹ Jornal PRIMEIRA HORA, 27/10/87 nº1422 p.3.

Alia-se a isso o rompimento do PMDB com o governo federal por considerá-lo de uma composição híbrida que não atendeu as expectativas do partido, nem cumpria suas propostas.

O rompimento afigura-se como um meio de desviar a imagem de que a administração local não estava vinculada ao poder maior que tornara-se desacreditado, apesar do empenho de todo o Poder Público para eleger a coligação PMDB-PFL a vaga presidencial, em 1985.

Ao final do mandato, administração informou a existência de 13 entidade comunitária rurais e 50 associações engajadas no projeto de organizações e conscientização coletiva. Mas, por outro lado o apoio popular esperado não estava grantido, O movimento popular em Uberlândia, especificamente as associações de moradores, guardava especificidades que influíram no processo sucessório.

Capítulo 2

II - Sobre os movimentos sociais e suas expressões

II.1 - Breve contextualização dos movimentos sociais

Os movimentos sociais populares no Brasil caracterizam-se, majoritariamente, pelo caráter reivindicativo por melhorias na qualidade de vida, sejam estas ligadas às relações de trabalho ou à distribuição dos benefícios urbanos. Alguns nascem sob incentivo estatal, ou de forma espontânea segundo uma necessidade sentida por um grupo com consciência clara quanto ao objetivo visado, isto é, buscam soluções imediatas, mas muitas vezes não possuem uma organização que permita levar avante a sua luta.

“No período que vai de 30 a 64, identificado pelo predomínio do chamado pacto-populista, prevalece uma relação Estado-camadas populares marcada pela ambigüidade. Esta se expressa no fato de que, se, por um lado, o Estado se propõe a responder às demandas das camadas subalternas, questionando, assim, o autoritarismo tradicional, por outro, ele o faz mantendo o controle sobre as manifestações populares¹, perpetuando desta forma o elitismo social.”

A pós o golpe militar de 1964, os movimentos sociais conheceram um período de refluxo e repressão, visto que o governo não tolerava manifestações que lhe contrariasse, taxando-as de subversivas e/ou

¹ SOMARRIBA, Maria das Mercês G. “Movimentos urbanos e Estado: novas tendências”. In: *Movimentos sociais em Minas Gerais - emergência e perspectivas*. Belo Horizonte, UFMG, 1987. p. 86.

comunistas. Cada protesto ao regime eqüivalia a uma represália. *“Durante a maior parte do período ditatorial, os movimentos populares foram impedidos de vir à tona, pela repressão direta como pela censura que bloqueara sua repercussão pública.”*² Não obstante, os movimentos sociais não estavam mortos e a resistência ao regime era notória. Mesmo grupos com posicionamentos político-ideológicos díspares, movimentos de natureza diversa unem-se com um único objetivo: lutar pela (re)democratização da sociedade brasileira.

Mais amadurecidos, não se contentam com o atendimento parcial de suas reivindicações. Vão às ruas, enfrentam o aparato repressivo do regime em prol de maior participação política, embora em seu cotidiano mantivessem discrição em contatos e debates. Não era viável assumir, publicamente, oposição devido ao perigo de repressão. A coragem para tanto só vinha quando os indivíduos reuniam-se em grupos constituindo o fenômeno da massa sem rosto: todos são um, e o rosto é a indignação.

Como não era permitido a livre associação, os movimentos sociais pós-64 e principalmente, a partir da década de 70, aderiram, a instituições que lhes concediam espaço para atuação. A Igreja, através das CEBS, procurava renovar os valores cristãos como ajuda mútua, solidariedade entre os mais necessitados e, também, incitar a organização popular com vistas a maior expressividade perante o Estado. O MDB, como único partido legal de oposição, recebe eufórico apoio popular, pois representava um elo legal para fazer conhecido do Estado as reivindicações populares.

² BRANT, Vinícios Caldeiras. “Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo”. In: São Paulo, o povo em movimento. 3ª ed. Rio de Janeiro, Vozes/Cebrap, 1982. p.20.

Some-se a isto o fato de que a repressão do regime militar estimulou laços primários de solidariedade e confiança mútua que, aos poucos, constituem novos movimentos sociais cuja finalidade básica é eliminar as contradições que lhes dão origem, visto que, segundo a necessidade de uma parcela da população, origina-se um movimento específico. Por conseguinte, a repressão estatal impediu, apenas, o acúmulo de forças, uma vez que movimentos de resistência, ainda que isolados ou um tanto desarticulados, existiam.

Como ocorre a nível nacional, é a partir dos anos 70 que os movimentos sociais ressurgem em Minas Gerais de forma explícita e aliado a transformações sociais e econômicas como: o crescimento caótico das áreas urbanas agudizando desigualdades sociais e a carência de serviços de consumo coletivo e; também, o isolamento social e político das camadas populares devido à repressão. Esta última que estimulou novas práticas organizativas sob novos valores que *"decorrem dos tipos de práticas resultantes do esforço de se criarem novos canais de expressão, num contexto de isolamento, repressão e bloqueio dos instrumentos anteriores de participação. As novas práticas passariam a valorizar atitudes e padrões de valores relativamente novos."*³

Aos poucos, o Estado abre-se à participação popular via órgãos executivos. A participação é restrita a ramos periféricos do aparelho estatal, notadamente a área social. Por outro lado, o popular não possui influência nas decisões, limitando-se a execução de serviços. Esta "abertura" à

³ POMPERMAYER, Malori José. "Os movimentos sociais em Minas: emergência e perspectivas". In: *Movimentos sociais em Minas Gerais - emergência e perspectivas*. Belo Horizonte, UFMG, 1987. p.17.

participação popular não ocorreu por espontaneidade do Estado. As classes populares, tomando consciência de sua condição de carência, percebem a possibilidade de acionar mecanismos de pressão ao governo estadual para que amenize sua sobrevivência. E o Estado atuando como regulador das forças sociais permite a introdução de elementos de caráter popular em seu interior.

De 1979 a 1983 é implementado no estado o III PMDES - Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social - com vista a um planejamento participativo em âmbito estadual. É o momento que o governo percebe não mais poder ignorar as classes sociais em suas organizações, seja movimento de favelados e/ou bairros periféricos, movimento rural, movimento de trabalhadores, movimentos de caráter eclesástico - CEBS, e outros. E *"com a vitória do PMDB nas eleições de 1982 a proposta de participação popular nos programas públicos tornou-se mais generalizada entre os vários órgãos do Estado voltados para a área social"*.⁴

Ainda assim, o Estado titubeia quanto a forma de concretizar a participação popular, assim mantém a predominância de mecanismos técnico-burocráticos para a tomada de decisões. Sob o temor de uma efetiva participação popular, o Estado fornece paliativos para que esta não se efetive, tais como elementos do interior das organizações populares para cargos de direção nas secretarias estaduais e municipais ligadas diretamente a área social; incentivar o distanciamento líder-bases, são algumas estratégias que inibem a real participação popular.

⁴ SOMARRIBA, Maria das Mercês G. "Movimentos urbanos e Estado: novas tendências". In: Movimentos sociais em Minas Gerais - emergência e perspectivas. Belo Horizonte, UFMG, 1987, P.91.

II.2 - Implicações do processo de urbanização

Ao focar os movimentos sociais em Uberlândia faz-se necessário referir a seu processo de urbanização, visto que este contribuiu para o surgimento de significativos movimentos sociais na cidade.

A cidade de Uberlândia está inserida no contexto da sociedade capitalista. Nela, as relações, sociais, espaciais de produção⁵ e expressam e sustentam o sistema, pois a cidade está organizada de modo a propiciar a acumulação de capital e sua conseqüente reprodução. Como no âmbito global da sociedade capitalista, a cidade está planejada (funcional e racionalmente) segundo a lógica de uma só classe, ou seja, enquanto uma classe pretende a acumulação de capital, outra(s) são relegadas em suas necessidades. *“A lógica que impera na cidade é a mesma que impera na sociedade: não a da cooperação e da harmonia, mas a da competição e contradição.”*⁵

Por conseguinte, há uma constante crise urbana. O *conjunto social* é incapaz de garantir a reprodução adequada das classes sociais. A classe trabalhadora apesar de, sustentar o processo produtivo não desfruta das condições mínimas de sobrevivência. A classe burguesa detém os meios de produção, mas transfere ao Estado a tarefa de melhorar as condições de sobrevivência da população. Este, em posição dúbia, administra ora os interesses burgueses, ora o interesse das classes trabalhadoras e, uma vez que não consegue administrar plenamente os conflitos de classe, é ineficaz no atendimento de bens de uso coletivo. Desta forma, a crise urbana é

⁵ MOREIRA, Helvécio Domingos. *Formação e desenvolvimento dos bairros periféricos em Uberlândia - 1970-1990*. Monografia, UFU, Uberlândia, 1988. p.09.

perceptível. O espaço urbano que abriga em si os conflitos sociais é bastante fragmentado em diversas áreas (residenciais e funcionais) e, ao mesmo tempo, articulado a nível das relações que sustentam o poder.

Em termos genéricos, o espaço urbano no Brasil caracterizou-se pela periferização,⁶ notadamente a partir da década de 60 quando o Estado passa a desvencilhar-se da obrigatoriedade de assumir o suprimento de bens de consumo coletivo para assumir investimentos na área de acumulação e reprodução de capital. Portanto, o que se percebe é a super exploração das classes trabalhadoras que são forçadas a migrarem para a periferia devido ao achatamento dos salários e alto custo de vida, que não permite o custeio do solo urbano. Enquanto mercadoria, este possui diferentes usos e seu valor está determinado segundo as oscilações do mercado, constituindo fonte de renda para quem o detem.

Assim, para as classes trabalhadoras o espaço urbano a ser utilizado é a periferia desprovida de infra-estrutura, ao passo que para as classes sociais detentoras de maior poder aquisitivo estão reservadas as áreas centrais e médias.

Interessante salientar é a heterogeneidade de ocupação do solo urbano em um mesmo bairro. A periferia não é uniforme assim como as áreas centrais e médias não o são. Em alguns pontos periféricos há melhor atendimento de necessidades e estruturação que outros, ocorrendo o mesmo nas áreas centrais e médias. São vantagens locacionais que segregam o uso do solo urbano gerando uma caracterização de tipos mais ou menos homogêneos de população em um mesmo espaço. Tendo em

⁶ Conceito utilizado por geógrafos designa o crescimento horizontal das cidades por expansão das periferias.

vista o status sócio-econômico, e o nível de urbanização há na cidade espaços um tanto homogêneos (como bairros luxuosos, de classe média, operários e favelas). E caso se atente para a totalidade social é possível perceber, ao mesmo instante, uma razoável homogeneidade social interna e uma enorme disparidade externa.

As transformações no espaço urbano uberlandense começaram a ocorrer a partir da década de 60, intensificando nas décadas de 70 e 80. Este processo teve início com as migrações campo-cidade, das cidades vizinhas e outras regiões de Minas Gerais e Goiás. Por outro lado, o fortalecimento da comercialização a nível regional e a crescente industrialização integrou a cidade ao circuito nacional. Saliente-se que Uberlândia situa-se numa área de fácil acesso ao Centro-Oeste e regiões industrializadas do sudeste. Em meados da década de 70, já é notório a constituição de um espaço específico para produção e outro para a circulação.

A instalação do Distrito Industrial, através de subsídios para as empresas, leva à concentração do espaço para a produção à medida que empresas, dantes, localizadas na área central da cidade, transferem-se para o Distrito Industrial. Ao mesmo tempo isto permitiu a renovação do espaço urbano pois inúmeros bairros como Nossa Senhora das Graças, Marta Helena, Cruzeiro do Sul, entre outros, surgiram próximos ao Distrito Industrial para abrigar os trabalhadores das indústrias aí localizadas.

O espaço de circulação encontra-se fragmentado por toda cidade. O centro da cidade não é capaz de atender todas as necessidades da população. Criam-se, então, novas áreas comerciais e de serviços

descentralizando as atividades, valorizando mais o espaço urbano, aumentando a circulação e possibilitando maior desenvolvimento aos bairros.

Socialmente o espaço uberlandense é segregado." *Na divisão social do espaço urbano em Uberlândia, ligada a capacidade de consumo do solo da cidade*" é "nítida a separação entre:⁷ a) bairros habitados pelos proprietários dos meios de produção, e pelos altos assalariados que exercem atividades importantes junto ao capital e ao Estado; b) bairros habitados pelas camadas médias da população, formadas principalmente por assalariados do comércio, da universidade e da prefeitura; c) bairros exclusivamente habitados pelas classes trabalhadoras de baixa renda (conjuntos habitacionais, bairros periféricos mais distantes e favelas)".⁸

Esta segregação é amparada pelo poder público que, ligado à classe dominante, equipa determinadas áreas em detrimento de outras. Desse modo, a cidade cresce incorporando novas áreas e também "deixando" áreas vazias entre um bairro e outro como reserva de valor.

A área central ficou destinada à circulação e também é possível perceber a verticalização de moradias reservada à camada alta da sociedade que também escolhe áreas afastadas da cidade e são servidas de completa infra-estrutura para construir luxuosas moradias (Morada da Colina, Jardim Karaíba).

⁷ a) Lídice, Altamira, Vigilato Pereira

b) Umuarama, Brasil, Martins

c) Morada Nova, Tibery, Pampulha.

⁸ SOARES, Beatriz Ribeiro. *Habitação e Produção do espaço em Uberlândia*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, USP, 1988. p.91.

A classe média, por sua vez, reside em bairros mais antigos próximos ao centro (Jaraguá, Saraiva, Cazeca).

À classe trabalhadora resta a periferia, pois pressionada pelo alto custo dos serviços urbanos, pela especulação imobiliária transfere-se para as áreas periféricas da cidade, carente de infra-estrutura, serviços urbanos (saneamento, iluminação pública, pavimentação asfáltica, transporte coletivo). E assim aliado a sua pauperização, a solução habitacional para a classe trabalhadora é a constituição de favelas, a autoconstrução, ou congestionamento de habitações em um mesmo terreno.

A realização de melhorias nesses espaços urbanos não visa atender diretamente as necessidades dos moradores e sim o capital imobiliário que atua em áreas próximas a vazios especulativos pertencentes à imobiliárias ou proprietários privados.

Conforme a análise de Beatriz Ribeiro, o processo de “periferização” além de excluir a classe trabalhadora onera a urbanização visto que há um crescimento horizontal da cidade que aumenta as distâncias e eleva os custos dos melhoramentos sociais.

Os bairros periféricos em Uberlândia *“de maneira geral, apresentam os mesmos tipos de problemas, sendo as diferenças determinadas pela maior ou menor intensidade que se manifestam: problemas provocados basicamente pelas grandes distâncias, precariedade habitacional e ausência quase total de equipamentos de consumo coletivo.”*⁹

⁹ MOREIRA, Helvéao Domingos. *Formação e desenvolvimento dos bairros periféricos em Uberlândia - 1970-1990*. Monografia, UFU, Uberlândia, 1988, p.35.

Capítulo 3

III - As associações de moradores de bairro - peculiaridade nos movimentos sociais em Uberlândia

“São movimentos sociais populares tanto os circunscritos ao âmbito da produção, notadamente os de caráter sindical, quanto os movimentos das minorias raciais ou aqueles originários das necessidades vinculadas ao local de moradia, ou, dito de outra forma, cujos objetivos estão prioritariamente orientados para a conquista de melhorias na qualidade de vida.”¹

Melhorias no local de moradia implicam em melhoria na qualidade de vida. Sob esta pauta, emergem em Uberlândia, no final da década de 70, as associações de moradores de bairro. Estas podem ser consideradas como o movimento social² mais expressivo nos últimos anos, embora não seja o único movimento social existente na cidade como atestam o movimento sindical e o Congado, esta enquanto manifestação cultural.

Já nos anos 50 e 60, os trabalhadores uberlandenses, principalmente os imigrantes atraídos pela industrialização, organizam-se em prol de melhorias. Suas condições de sobrevivência eram precárias e suas organizações, rigidamente controladas pelo Estado e pelos empresários. A solução encontrada, segundo Maria de Fátima Almeida, é uma organização

¹ ALMEIDA, Antônio de. Movimentos sociais e história popular: Santo André nos anos 70 e 80. São Paulo, Marco Zero, 1992. p. 10.

² As associações de moradores de bairro são aqui definidas enquanto movimentos sociais, pois, são movimentos que, como afirma Antônio de Almeida, têm em suas lutas o objetivo de conquista de melhorias na qualidade de vida de sua população.

sindical corporativista, *"para construir sua identidade de classe, tão difícil de ser definida nas condições adversas que viviam."*³ As representações coletivas aparecem como alinhadas ao poder dominante, haja visto o discurso de harmonia social que permite à cidade obter sua vocação progressista, grandiosa. O objetivo é escamotear a realidade impondo a memória da classe dominante.

Assim como acontece a nível macro, os movimentos sociais em Uberlândia pós-64 são apaziguados. As camadas alta e média da população uberlandense gozam de boas condições de sobrevivência e moradia e têm garantidos toda infra-estrutura urbana e serviços públicos. É a classe trabalhadora residente nas periferias que ocupa o cenário como sujeito nos movimentos sociais reivindicativos. Sua principal luta consiste em melhorias na qualidade de vida originárias das necessidades vinculadas do local de moradia. Nízia Alvarenga comenta que esta população periférica esteve desorganizada devido a repressão e às peculiaridades da periferia em formação. No entanto *"a partir de 1978, essa população periférica começa a se organizar em associações de moradores, por estímulos externos aos bairros: em alguns conjuntos habitacionais surgiu por exigência do órgão financiador; outras por desdobramentos da organizações de base da Igreja, e finalmente, por incentivos dos partidos políticos interessados em organizar suas bases eleitorais."*⁴

³ ALMEIDA, Maria de Fátima R. "A Organização dos Trabalhadores nos anos 50 e 60". In: *Cadernos de História Especial*. vol.4, nº 4, UFU, Uberlândia, janeiro/1993. p.23.

⁴ ALVARENGA, Nízia. *As associações de moradores em Uberlândia - um estudo das práticas sociais e das alterações nas formas de sociabilidade*. Dissertação, USP, São Paulo, 1988, p. 82.

Os movimentos de bairro podem ser caracterizados como lutas na esfera da reprodução e devem ser entendidos como *“parte da dinâmica social do mundo urbano capitalista. Eles constituem ao mesmo tempo formas de solidariedade e coesão comunal e de luta por melhores condições de vida da população pobre. Os movimentos de bairro têm por base formas de coesão social que viabilizam sua expressão ‘para fora’, no sentido de reivindicar junto aos poderes públicos a satisfação de demandas que decorrem das próprias exigências da vida urbana.”*⁵

Movimentos de bairro são característicos principalmente de populações pobres que estão sujeitas a maior escasse de infra-estrutura e desigualdade individual e coletiva, isto é, são afetadas diretamente pela espoliação capitalista. Assim sendo, as lutas por moradia e serviços urbanos básicos não ocorrem de forma isolada, mas podem construir uma rede de intercâmbio de experiências e aprendizado comum levando à organização de um movimento com expressão mais ampla.

Ao constituir-se e definir seu direcionamento, o movimento está em meio a um dilema: seus integrantes provem de classes sociais distintas. O bairro tem uma composição social heterogênea, de modo que as relações , as experiências, as formas de consciências são distintas e isto traz ao movimento ambições de respostas diversas; algumas mais prementes, outras a médio ou longo prazo. *“Por isso, a orientação política e o significado das organizações de bairro dependem dos conteúdos e das formas organizacionais que nelas se imponham como politicamente dominantes,*

⁵ SINGER, Paul. *“Movimentos de bairro”*. In: São Paulo, o povo em movimento. 3ª ed. Rio de Janeiro: Vozes/Cebrap., 1982. p.83.

*conseguindo determinar o caráter de classe que adquire o conjunto do movimento.*⁶

De fato, a questão do poder está no centro da dinâmica da organização de bairro. Durante a gestão "Democracia Participativa" em Uberlândia, a administração atende os bairros somente via associação de moradores, fato que estimulou sua criação e a disputa interna pelo poder, e entre as associações. É neste período que as associações conhecem seu apogeu. De poucas e esparsas na década de 70 (precisamente),⁶ chegam ao número de 32 em 1988, ano de final do mandato de Zaire Rezende.

Desde seu início, as associações de moradores uberlandenses convivem com o problema da institucionalidade. Por se constituírem em entidade sem fins lucrativos necessitam para seu reconhecimento legal, de um estatuto em que estejam definidos os objetivos, atribuições, finalidades, estrutura hierárquica. Não possuem caráter revolucionário. Reproduzem, a nível micro, as relações macro-estruturais. Todavia, podem representar potencial de transformação sócio-cultural entre seus participantes, já que novas formas de relações sociais são criadas e experimentadas cotidianamente.⁷

O eixo aglutinador do movimento de bairro é a solidariedade advinda de interesses urbanos comuns - uma vontade coletiva popular. Neste momento, a participação é conjuntural. No entanto, à medida que os problemas prementes do bairro vão sendo solucionados, a participação

⁶ EVERS, Tilman e outros. "Movimentos de bairro e Estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina". In: *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 120.

⁷ EVERS, Tilman. "Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais". In: *Novos Estudos Cebrap*. nº 4, abril de 1984.

popular decae para ser reanimada quando novos problemas ameaçarem o conjunto do bairro.

Alguns fatores contribuem para a participação: a participação depende dos problemas a solucionar, do interesse econômico pelo bairro, da posição social ocupada. Por exemplo, nas lutas por creches e hortas comunitárias, melhoria do transporte coletivo, os setores médios não participam. Nota-se que, verdadeiramente, não há um interesse geral. Sobressaem os projetos individuais e *“às vezes a participação em projetos coletivos é motivada pela expectativa de soluções individuais. O projeto individual é prioritário porque na sociedade os espaços para projetos coletivos são muito restritos e nunca incluem a sobrevivência.”*⁸

Tal fenômeno ocorre porquanto o bairro está inserido no contexto capitalista, não o questiona e nem quer mudar seus valores: reflete a estrutura de classes. Há conflitos para a satisfação de alguns interesses em detrimento de outros. Enfim, o bairro é um todo no todo que é a cidade capitalista. Esta estratificação, não raro, causa estranhamento entre os moradores. A aproximação só ocorre quando algum problema atinge o conjunto do bairro. Neste momento, há uma identidade de bairro (pertencimento) que une seus moradores como iguais. Entretanto à proporção que os problemas são sanados, esse “bairrismo” cede lugar ao estranhamento.⁹

⁸ ALVARENGA, Nízia. *“As associações de moradores em Uberlândia - um estudo das práticas sociais e das alterações nas formas de sociabilidade.”* Dissertação de mestrado. USP, São Paulo, 1988, p.175.

⁹ GOHN, Maria da Glória. *Reivindicações populares urbanas - um estudo sobre as associações de moradores em São Paulo.* São Paulo, Autores Associados/Cortez, 1982.

A cidade, como espaço plural, abriga em si histórias diversas. Cada bairro constrói sua história de forma peculiar, possui especificidades, experiências, e vivências singulares.

Resgatar a dinâmica dos movimentos de bairro de Uberlândia é a proposta deste trabalho. Os bairros aqui evidenciados são: Luizote de Freitas e Alvorada. Ambos conjuntos habitacionais e como tais, possuem uma mesma característica: representam, para seus moradores, a realização do sonho de aquisição da casa própria; esta sinônimo de segurança econômica, constituição de um patrimônio e ascensão social.

Em Uberlândia, desde a década de 50 é significativo a produção de moradias em conjuntos habitacionais para as classes populares. Constitui-se em uma das únicas opções de acesso a moradia, ainda que distante da área central da cidade, dificultando o deslocamento e exigindo do morador, um reordenamento de seus hábitos.

Com os programas de financiamento do Banco Nacional de Habitação (BNH), no final da década de 70, são construídos vários conjuntos habitacionais. Distam mais de dez quilômetros do centro da cidade, em padrão único para dar idéia de uniformidade, geralmente com materiais e mão-de-obra de baixa qualidade, ocasionando inúmeros problemas (rachaduras, infiltração) e também são entregues carentes de provisão de bens de consumo coletivo (telefonia, postos de saúde, creches, pavimentação asfáltica, saneamento).

O Conjunto Habitacional Alvorada, situado a 12 km do centro da cidade, começou a se constituir no final da década de 70, sendo construído em quatro etapas. A primeira etapa, Alvorada I e II, entregue em 1978 e

em 1981 foi inaugurado oficialmente com 546 residenciais. Com a execução das outras etapas, Alvorada III e IV, o conjunto totalizou 673 moradias.

A construção em etapas trouxe algumas implicações ao cotidiano dos moradores do conjunto. Entrecortado pela BR-452, o Alvorada I e III ficam de um lado da rodovia e o Alvorada II e IV de outro e isto de certa forma distancia os moradores e acirra uma disputa por melhorias no local de moradia. E a construção das casas também detém “sutilezas” que causam estranhamento entre os moradores. Embora padronizada a construção, segundo o poder aquisitivo do morador, adquire-se sua residência, padrão A, B e C. Ao longo do tempo são modificadas, alterando a imagem uniforme do início do conjunto e modificando a configuração do espaço do bairro, e também mostrando assim, as diferentes aspirações e concepções dos moradores.

À carência de infra-estrutura básica (esgoto, água tratada, telefonia) o Alvorada soma-se o problema de localização. O conjunto está localizado sob uma plataforma, como um tabuleiro, que não permite o escoamento de água e esgoto sendo necessário um bombeamento para o centro da cidade e daí para o rio Uberabinha.

O loteamento, na verdade, pretendia valorizar a área adjacente ao conjunto que pertence a uma tradicional família uberlandense, e também estender a área urbana habitada ampliando o processo de urbanização no sentido de crescimento horizontal. Entretanto, esta tentativa de obrigar o crescimento naquela direção, foi frustrante. O conjunto permaneceu isolado em toda década de 80.

Como um dos bairros mais distantes do centro comercial, os moradores questionavam se pertenciam à área urbana ou rural da cidade. Muitas vezes não se sentiam habitantes de Uberlândia. Ao se deslocarem do bairro para o centro eram comum a expressão: “vou em Uberlândia” ou “vou à cidade”.

Já na primeira etapa de construção do conjunto a população começou a se organizar para sanar suas necessidades. Além da carência de serviços urbanos, o bairro possuía um incipiente comércio. Contudo, os grupos não se comunicavam entre si. Estavam dispersos e, muitas vezes, lutavam pelos mesmos objetivos. Desse modo, sua força era de pouco alcance.

Por influência de um professor e jornalista, militante na associação de moradores do bairro Jardim Brasília e candidato a vaga de vereador nas eleições municipais de 1982 pelo PDS, é sugerida a formação de uma associação de moradores para reivindicar melhorias para o bairro junto ao poder público e agregar a população para discussão e conscientização de seus deveres e direitos.

Assim, em assembléia geral realizada na escola do bairro, em 26 de setembro de 1982, foi fundada a Associação de Moradores do Conjunto Alvorada, AMCA.

O jornalista incentivador da associação foi escolhido presidente de honra. Ele compareceu à assembléia para explicar o que era uma associação de moradores, qual seu papel e formas de atuação. Ao final, incumbiu-se de registrar legalmente a associação e sugeriu a criação do estatuto, o que foi feito aos moldes de outras associações de moradores já

existentes em Uberlândia. Já nesta assembléia geral, a diretoria da associação de moradores foi escolhida por meio de aclamação popular. Inicia-se, assim, a trajetória da AMCA na construção de um novo espaço social e um fazer coletivo. A partir da segunda gestão, o processo sucessório foi realizado por meio de eleições diretas.

Os militantes do movimento, em sua maioria, não possuíam experiência anterior em movimentos sociais. A militância vem do reconhecimento de si como sujeito possuidores de direitos, e que para alcança-los é preciso lutar, reivindicar. A consciência adquire-se na ação prática.

A certeza de vitórias, na obtenção de benefícios para o bairro, garante respeitabilidade à associação. A população comparece massivamente à convocação para uma assembléia geral para discutir problemas que atinjam a todos, como o transporte coletivo. As reuniões de discussão de caráter mais geral (discussão política, avaliação do movimento, prestação de contas) tem participação mais reduzida, estando a diretoria incumbida da militância diuturna. Há moradores que vêem a associação como “empregada”; e obrigada a solucionar os problemas. A cobrança por resultados é incessante.

Conquanto a militância no movimento fosse maior pela atuação da diretoria, era a figura do presidente o foco de maior atenção. Não raro ele decidia sem dar ouvidos a opinião de outros, e quem estava presente nas reuniões com outros grupos ou com a administração. Não obstante, a medida que o movimento adquire maior experiência e constrói alternativas de atuação ocorre uma certa descentralização do poder. Algumas funções

são delegadas aos demais membros da diretoria e aberto o espaço de decisão. Não totalmente, mas como aprendizado sendo que em qualquer eventualidade a figura do presidente reaparecia como central.

Como é comum nas relações humanas, conflitos emergem no interior do movimento. Os militantes são indivíduos distintos, vêm concepções de mundo, referenciais, valores, perspectivas diversas. Isto, por vezes, leva a conflitos dividindo a liderança do movimento. Fato como este ocorreu na terceira gestão da associação de moradores do Alvorada, em 1986.

A presidente de então, alegando problemas particulares, afasta-se da associação. Porém, continua manter contatos e tomar decisões em nome da associação. Indignada, a diretoria convoca a população e elabora, um documento exigindo a saída da presidente, atitude que ela inicialmente, refuta, só a acatando diante do impasse de a diretoria ameaçar se demitir caso a decisão da assembléia não fosse cumprida.

Enganou-se aquele que imaginou que a situação estivesse resolvida. A presidente, indignada, registra ocorrência policial contra os demais membros da diretoria. A interferência judicial retardou a realização de inúmeros projetos já encetados, ao mesmo tempo que criou um celebra no interior da associação; dois grupos disputavam a direção da associação; uma favorável à antiga presidente, e outro contrário.

Buscando a participação efetiva de todos os moradores, a forma de mobilização utilizada pela associação era a visita de casa em casa, na tentativa de conscientizá-los da importância em atuar no movimento e lutar, em conjunto, por melhorias no bairro.

De uma forma razoável este objetivo foi alcançado. Durante a estadia do projeto CIRCO no bairro a população compareceu, participando do eventos e discussões promovidas. Foi criado um núcleo de debate político, o MCPP, Movimento de Consciência e Prática Política, à época da elaboração da Constituição (1986 - 1988) . Neste momento, a população tomou consciência do que é cidadania e avançou em termos de conscientização.

O momento máximo do movimento foi o fechamento da BR 452 que corta o bairro. Devido a necessidade de se transitar pela rodovia para se locomover até outros locais do bairro como escola, posto de saúde, supermercado, acidentes com vítimas era fato conhecido e vivenciado pelos moradores do bairro.

Um acidente com vítima fatal revoltou e mobilizou a população a tal ponto que em 24 de maio de 1983 bloquearam a rodovia protestando com faixas e palavras de ordem durante todo o dia. Causando um enorme engarrafamento e por conseguinte, perturbando a ordem, o Poder Público se viu-se obrigado a negociar. A manifestação só encerrou quando a administração assinou publicamente um documento viabilizando solução para o problema: construção de quebra-molas para reduzir a velocidade dos veículos que por ali trafegavam.

Após este movimento de reivindicação, a associação que insistia em declarar-se apertidária, foi arbitrariamente associada a partidos de esquerda e lou de inspiração comunista. Era esse o temor dos setores conservadores da cidade de que "idéias subversivas" propagassem na cidade.

Assim como o conjunto Alvorada, o Conjunto Habitacional Luizote de Freitas, encaixa-se na definição de bairro periférico, dista 7 quilômetros do centro comercial da cidade. O loteamento foi feito em 1978 por meio de “pacotes prontos”, isto é, os órgãos públicos foram são responsáveis pela infra-estrutura, ficando com a construtora a responsabilidade de erguer as casas, e o financiamento sob os auspícios do BNH. O conjunto foi construído em duas etapas, Luizote I e Luizote II, sendo a primeira etapa entregue em 1980.

Esta estratégia de construção em etapas acarreta algumas implicações como consideradas ao tratar do Conjunto Alvorada. O Luizote de Freitas é o maior conjunto habitacional da cidade (4032 moradias) abrigando um grande contingente populacional que representa, entre outros fatores, um bom colégio eleitoral e, por isso, digno da atenção do Poder Público que atende, razoavelmente, as necessidade de sua população.

Interessante observar como mesmo os bairros periféricos são atendidos de forma desigual. Enquanto alguns são mais carentes, outros são melhores servidos. Impera a lógica do mercado.

O bairro expandiu-se rapidamente formando em torno de si um espaço de consumo e circulação significativos, levando a ser considerado uma “mini-cidade”, uma vez que os provimentos para a sobrevivência de sua população estavam disponíveis.

Todavia, os moradores, em sua maioria, preferiam deslocar-se ao centro para adquirir seus provimentos. O deslocamento representava um problema sério para o bairro.

Grande parcela da população do bairro utilizava o transporte coletivo e este era insuficiente e irregular em seus horários. E, também, por transitar por um trecho de rodovia bastante movimentada para alcançar o centro, o perigo de acidentes era uma constante.

Mesmo com as residências representando para seus moradores a garantia de estabilidade social, com o agravamento da crise econômica brasileira, e o achatamento dos salários, muitos moradores se viram coagidos a abandonarem suas residências ou mesmo sendo desligados do BNH por inadimplência.

Concomitante a inauguração do conjunto, nasce a associação de moradores por sugestão da COHAB como forma de melhor organizar a população para a entrega de chaves. No início, juntamente com o pagamento das mensalidades das residências, todo morador era obrigado a contribuir com uma taxa para a associação de moradores.

Fundada em 1981, a Associação de Apoio Comunitário do Conjunto Luizote de Freitas, AACCLF, teve como objetivo organizar a população e reivindicar, junto ao Poder Público, benefícios para o bairro.

Ciente de sua potencialidade (força de pressão da população) a associação alcançou inúmeros objetivos: pavimentação asfáltica, telefonia, água e esgoto, postos de saúde, construção de poliesportivo, um espaço de lazer razoavelmente grande.

Para reunir a população em torno das reivindicações, a associação se utilizava da panfletagem, abaixo-assinados, anúncios em megafones nas ruas, e um jornal informativo ressaltando os benefícios alcançados e os projetos em andamento.

Bastante influenciada pela Igreja Católica, seus militantes participavam ativamente da Pastoral Operária. Ainda que mínimamente têm uma formação política e aliam-na à sua prática.

Aos poucos, a associação torna-se notória em Uberlândia. Pela cidade, comenta-se sua politização e combatividade sem atrelamento ao Poder Municipal.

De forma geral, o movimento de bairro em Uberlândia se fundamentou na década de 80. As associações de moradores existentes anteriormente estavam vinculadas ao Estado. A partir daí ocorre uma forte preocupação com a autonomia. Esta passa a ser a bandeira das associações e significa ter liberdade de entrar e sair no bairro, ou seja, liberdade de iniciativa e decisão sem interferência da administração municipal.

A proposta política vencedora nas eleições de 1982, teve como principal argumento a participação de todos os cidadãos. Assim, os movimentos de bairro foram revigorados. Incentivados, foram formadas mais de trinta associações de moradores durante a gestão Democracia Participativa.

Segundo o líder do poder Executivo, Zaire Rezende, era necessário a mobilização e conscientização da população, despertando-a para a participação política. Sua escolha para cumprir tal objetivo foi incentivar a formação de associações de moradores de bairro, e a preferência em atendê-las enquanto manifestação de uma comunidade. Caso uma determinada comunidade possuísse uma associação, suas reivindicações eram atendidas mais rapidamente.

Utilizando esta estratégia, a administração pretendia obter o apoio popular ao “mostrar serviço”, ou seja, atender as reivindicações e, ao mesmo tempo, apresentar-se mais próxima de sua realidade, no seu cotidiano. Quanto mais combativa e atuante a associação de moradores mais benefícios recebia o bairro. Esta afirmação é um tanto falaciosa visto que houve bairros mais atendidos e outros menos atendidos. Na verdade, havia determinados bairros mais estratégicos do ponto de vista político, como o Conjunto Luizote de Freitas.

A intenção era que as associações funcionassem como mini-prefeituras, um anexo do poder municipal intercambiando a população e a administração. Esta proposta, por vezes, feria o anelo de autonomia das associações de moradores. Muitas, estavam claramente imbricadas com a administração, sem preocupação em elaborar alternativas de atuação.

O funcionamento da associação de moradores era centralizado na pessoa do presidente. A ele cabia as maiores responsabilidades, e muitas vezes, decisões de caráter mais prático são tomadas sem o conhecimento da população. Este acúmulo de funções e representações leva a um distanciamento entre moradores e presidente. Não é mais o vizinho, mas o representante do Poder Público aquele que pode alcançar melhorias para o bairro.

Juntamente com este distanciamento, comumente forma-se lideranças mais respeitadas que outras. Uma liderança que consegue êxito junto ao Poder Público têm maior probabilidade de se conservar no poder. A obtenção de melhorias, em muitos casos, é vista como atuação do presidente não como da associação enquanto o conjunto dos moradores.

A participação popular, propriamente, é maior a medida das carências do bairro. Mesmo assim, a participação é baixa considerando o contingente populacional do bairro. No Luizote, a participação popular, muitas vezes, antes de fazer chegar ao Poder Público sua reivindicação, se esvaziava. Já no Alvorada foi um pouco mais intensa. Talvez a extensão territorial possa ter afetado. O Luizote é um bairro extenso, o que dificulta o contato entre os moradores, ao passo que o Alvorada sendo menor, os moradores estão mais próximos, têm um contato mais freqüente, conhecem-se melhor.

Para a maioria dos moradores, a associação é algo exterior e cabe a “eles”(a diretoria) atuar. Muitos nunca foram às reuniões e não se interessam, argumentando que não resolve, não vêem resultados. Resultados, esperam-nos no imediato.

Para as associações de moradores, detentoras de um caráter basicamente reivindicativo, está posto um dilema: não conseguem manter a participação popular. A participação é oscilante, não permitindo a mobilização dos moradores por um longo período.

Cabe ressaltar que a associação poderia realizar eventos, mesmo que de cunho assistencialista (festas, bailes, palestras acerca de temas diversos), que aproveitaria como instante de entrosamento entre os moradores e reflexão de suas necessidades e possibilidades de ação. O Movimento de Consciência e Prática Política, existente no Conjunto Alvorada, logrou êxito neste sentido, de modo que uma parcela de sua população começou a atuar pois, segundo alguns moradores, à proporção

que deixam seu lar quebram a monotonia, deixam de ser “massa de manobra”, reconhecendo sua cidadania..

Especificamente durante a gestão “Democracia Participativa”, as associações de moradores tiveram seu momento de apogeu. A criação, atuação, lutas, vitórias foram significativas. Inúmeros bairros foram beneficiados recebendo melhorias e equipamentos de bens coletivos.

No Conjunto Luizote de Freitas , apesar dos erros e acertos de sua associação e da baixa participação de seus moradores, o bairro foi quase totalmente urbanizado. Recebeu pavimentação completa, posto telefônico e bancário, arborização e de maneira geral, o grau de satisfação de seus moradores é bom. E embora periférico, é considerado um bom lugar para residir mesmo para elementos da classe média.

A imagem de combatividade da associação não refletia, necessariamente, a realidade. As melhorias conquistadas não se deve, exclusivamente, a atuação da associação de moradores, mas, em parte, ao interesse eleitoral da administração municipal pelo bairro. Uma relação de troca de benefícios por votos. A liderança aproveitando-se disso, alardeava e se promovia.

O Conjunto Alvorada, por sua vez, não despertava tanta atenção do Poder Público e terminada a gestão “Democracia Participativa” muitas eram suas carências.

Por outro lado, interessante foi perceber durante a realização deste trabalho, a atuação da associação e a formação de uma consciência crítica em seus militantes. Isto, a priori, era inconcebível pois a escolha da AMCA como objeto de análise fora devido, unicamente, à posição periférica do

bairro, considerando que seu movimento de bairro era incipiente e por isso o bairro não tornou-se notório na cidade como o Conjunto Luizote de Freitas.

Para os militantes de ambas as associações de moradores - Alvorada e Luizote de Freitas - o período de gestão "Democracia Participativa" representou a abertura de um novo espaço para a participação popular. Uma porta para a aprendizagem da cidadania e da prática política.

Em relação a mobilização para a conscientização, a conjuntura lhe era favorável. O país vivia um momento de euforia em favor do fim do regime militar e pró(re)democratização. Após vinte anos de repressão e ditadura, a população exigia mudanças.

Visivelmente, o regime militar fracassara. O milagre econômico fora um engodo, uma crise política assolava os bastidores do governo. Externamente, o regime perdera o apoio de seu maior aliado, os Estados Unidos. A Anistia Internacional pressionava o governo quanto a violação dos direitos humanos.

Aliado a isto, torna-se favorável o ressurgimento dos movimentos sociais com novo vigor e a atuação da população por maior liberdade de expressão, uma nova experiência política que atacasse a crise econômica que assolava o país, e trouxesse estabilidade, pondo fim a inflação, aumentando o poder aquisitivo das classes trabalhadoras, melhorando assim, sua condições de sobrevivência.

Em um sistema político bipartidário, consequentemente, o partido de oposição é quem aglutina esses anseios. No caso, o PMDB que possui um projeto para (re)democratização, conscientização e participação política

em contraposição a repressão da ditadura militar. Com esta plataforma nas eleições parlamentares e municipais de 1982 o PMDB foi o maior vitorioso.

No decorrer dos anos, a mobilização popular acentua, culminando no movimento "Diretas Já", projeto que não conseguiu passar no Congresso Nacional.

Após 1986, passada a euforia quanto a um novo crescimento vertiginoso da economia e persistindo a crise econômica, o PMDB começa a perder apoio popular e a proposta governamental de participação popular inicia seu declínio.

Em Uberlândia, nos primeiros anos de gestão do PMDB, houve um incentivo maciço para a mobilização popular com a formação das associações de moradores de bairro. Sua atuação residiu bem mais em reivindicações do que em mobilização e organização da população. As respostas da administração, de certa forma, contribuíram para a desmobilização. Eram respostas ambíguas, parciais que assistiam uma necessidade imediata, protelando uma solução duradoura. Assim, o Poder Público é ao mesmo tempo o provedor dos bens e o inimigo a ser pressionado.¹⁰

Em sua última fase, a gestão "Democracia Participativa" começou a declinar. As expectativas da população foram um tanto frustradas. No interior do PMDB houve sérios desentendimentos e o desgaste do partido a nível nacional refletiu e contribuiu para o declínio da administração uberlandense.

¹⁰ JACOBI, Pedro. "Movimentos populares urbanos e resposta do Estado: autonomia e controle versus cooptação e clientelismo". In: Movimentos coletivos no Brasil urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, Coleção Debates Urbanos 5.

A pretensão do PMDB de auto-afirmar-se como organismo de mobilização é audaciosa. A mobilização popular não se dá unicamente via partido. A própria população pode gerir formas próprias de mobilização sendo desta forma, mais autônoma, pois a participação do partido no seio do movimento popular pode levar a um atrelamento e os movimentos , conforme Ruth Cardoso, *“se afastam e se aproximam dos políticos profissionais sem estabelecer relações permanentes e defendem-se da partidarização reforçando sua identidade comunitária.”*¹¹ Neste aspecto, a associação de moradores do Conjunto Alvorada é exemplar. Sua diretoria não se furtava a obter benefícios de políticos seja quem eles fossem e a que partido pertenciam, reforçando, no entanto, seu apartidarismo. Um dos militantes argumentava: *“Eles nos usam para alcançar seus objetivos e por que não podemos fazer o mesmo?”*

Por outro lado, considerando a não permanência da mobilização popular , acrescenta-se que o processo de conscientização popular é longo, não acontece a curto prazo. Com o atendimento das necessidades prementes, a população se acomoda, esvaziando o movimento. A construção de uma consciência social é um processo contínuo que deve envolver não só os militantes de um movimento, mas o conjunto da população através da prática social cotidiana.

As associações de moradores dos Conjuntos Alvorada e Luizote de Freitas continuam a existir e para os militantes do período aqui enfocado a gestão “Democracia Participativa” foi o maior espaço cedido para os

¹¹ CARDOSO, Ruth. “Os movimentos populares no contexto da consolidação da democracia”. In: *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1988, p.377.

movimentos sociais na história recente da cidade. Seu momento de maior expressão. As associações de moradores tentavam abarcar o conjunto da população do bairro sem fracionar-se em movimento de trabalhadores, mulheres, minorias raciais para que assim o movimento pudesse manifestar-se enquanto um todo de indivíduos excluídos das benesses do capital.

Esta estratégia não alcançou muito sucesso, uma vez que o bairro não é homogêneo. Inserido em uma sociedade de classes, reflete suas estruturas.

Apesar de sua debilidade, as associações de moradores abriram novas perspectivas: transformou as relações sociais de quem nela atuou, laços de sociabilidade se firmaram, o senso-crítico foi aguçado. Como afirmou um representante da associação do Conjunto Alvorada, *“deixou de ser massa para se tornar sujeito”*. Em relação ao conjunto dos moradores do bairro, estas transformações atingem um mínimo de pessoas, porém já é um prenúncio de uma prática que pode alcançar a muitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto político aqui tratado possui defeitos e sutilezas como fomentar movimentos populares que lhe dessem sustentação e ao mesmo tempo, buscar formas de apoio na classe dominante isto é atender parcialmente às reivindicações populares sem ferir os interesses da classe dominante burguesa.

Foi, um momento de abertura na fechada máquina de administração do poder público . Momento em que foi possível perceber que há formas de administração pública viáveis à participação popular. Demonstrou que podem ser construídas e aperfeiçoadas.

Uma porta aberta para ocupar a administração publica não basta. Ter o poder político não significa ter o controle social, o poder ideológico deve estar em conjunto.

O ideário burguês: trabalho - progresso - riqueza, está disseminado e arraigado no imaginário social. A burguesia ocupa o poder não porque seja melhor, mas porque tem um discurso afirmando sua competência e capacidade para tanto. Ela trabalhou para conseguir e esta argumentação é tomada como verdade irrefutável a ser seguida.

Para as classes populares está posto o desafio de desmontar tal concepção. Daí a importância da mobilização popular.

As classes populares unidas e conscientes de si e de sua condição real no sistema capitalista, são capazes de elaborar propostas que dêem

conta de sua realidade, abrindo perspectivas para construção de uma nova realidade.

As associações de moradores de bairro são exemplos de movimentos para mobilização popular. Avançando em seu caráter reivindicativo para organizativo pode constituir uma forma mais duradoura de conscientização, de exercício da cidadania.

O esvaziamento constante do movimento pode ser decorrência da centralização e hierarquização que reflete o funcionamento da sociedade. A busca de novas alternativas de condução e decisão, atuação, descentralização do poder, talvez incite a uma maior participação popular, visto que os sujeitos devem sentir-se construtores de seu caminho; sujeitos reais e participantes da construção de um presente e da posteridade. E como aponta Antônio de Almeida:

*"Na medida em que brotam do interior dos movimentos populares inúmeras formas de lutas que revelam acertos e erros, derrotas e sucessos, elas próprias vão compondo um acervo de experiências históricas que servem como base para orientação da trajetória futura, ao mesmo tempo em que se consolidam em laboratório de experimentos onde se testam e se praticam diferenciadas formas de resistências à dominação."*¹

¹ ALMEIDA, Antônio de. Movimentos sociais e história popular. Santo André nos anos 70 e 80. São Paulo, Marco Zero, 1992, p.113.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Antônio de. *Movimentos sociais e história popular: Santo André nos anos 70 e 80*. São Paulo, Marco Zero 1992.
- ✓ ALVARENGA, Nizia. *As associações de moradores em Uberlândia - um estudo das práticas sociais e das alterações nas formas de sociabilidade: Dissertação de mestrado*, USP, São Paulo, 1988.
- ARRUDA, Maria Arminda N. *Mitologia da Mineiridade - o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BOSCHI, Renato Raul et alli. *Movimentos coletivos no Brasil urbano*. vol.5, Rio de Janeiro: Zahar, 1983. (Série Debates Urbanos).
- BRANT, Vinícios C. G. SINGER, Paul. (org.) *São Paulo: o povo em movimento*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Vozes/Cebrap. 1982.
- 8 CADERNO DE HISTÓRIA ESPECIAL. Revista do Laboratório de Ensino e Aprendizagem em História do Departamento de História, UFU, vol. 4, nº4, Uberlândia, janeiro/1993.
- CARDOSO, Ruth Correa. "Os movimentos populares no contexto da consolidação da democracia". In: *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo, Vertice, Ed. Revista dos Tribunais, 1988.
- COUTINHO, Carlos Nelson. "Teoria ampliada do Estado". In: *Gramsci - um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- 7 EVERS, Tilman. "Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais". In: *Novos Estudos Cebrap*, nº 4, abril de 1984.

GOHN, Maria da Glória. Reivindicações populares urbanas: um estudo sobre as associações de moradores em São Paulo. São Paulo: Associados/Cortez, 1982.

PEREIRA, Cires Canísio. "Democracia Participativa" sua lógica, sua prática. Uberlândia, UFU, monografia, 1988.

MOISÉS, José Álvaro et alli. Cidade, povo e poder. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

MOREIRA, Helvécio Domingo. Formação e desenvolvimento dos bairros periféricos em Uberlândia - 1970-1990. monografia, UFU, Uberlândia, 1988.

PARTICIPAÇÃO, Boletim Informativo da Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura Municipal de Uberlândia. Ano I, nº 0, maio de 1984.

POMPERMAYER, Malori José (org.) Movimentos sociais em Minas Gerais - emergências e perspectivas. Belo Horizonte, UFMG, 1987.

VIEIRA, Maria do Pilar A. A pesquisa em História. 2ª ed. São Paulo, Ática, 1991.

REVISTA UBERLÂNDIA - 98. "Síntese dos 3 anos e meio do governo Zaire Rezende". PMU, assessoria de comunicação social, agosto de 1986.

REVISTA VEJA. "Uberlândia, uma cidade sem crise. 18 de novembro de 1987.

REVISTA VIDA INDUSTRIAL. "Crescer com qualidade e modernidade". vol. 42, nº 07, Belo Horizonte, julho/1991.

REZENDE, Zaire. "A prática da Democracia Participativa em Uberlândia/MG". In: Democracia feita em Casa. Coordenações de Publicações, Câmara dos Deputados, Brasília, 1984.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Habitação e produção do espaço em Uberlândia. Dissertação de Mestrado, São Paulo, USP, 1988.

FONTES PRIMÁRIAS CONSULTADAS/JORNAIS:

ATAS DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO ALVORADA

JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA - 1983-1988.

JORNAL PRIMEIRA HORA - 1983-1988.